

90 dias, prazo do novo congelamento

MILANO LOPES

Na conversa de uma hora mantida com o presidente José Sarney, no dia anterior à sua posse, o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, convenceu o chefe do governo da necessidade de um novo choque heterodoxo, como a melhor alternativa para promover o ajuste da economia sem recorrer à recessão, entendida como uma variação negativa do Produto Interno Bruto (PIB).

Esse novo choque terá, contudo, algumas diferenças essenciais em relação à experiência de 28 de fevereiro do ano passado:

1) Haverá, antes, um realinhamento de preços e salários, de tal

forma que no novo dia "D" escolhido preços e salários estejam alinhados. Como o disparo do "gatilho" beneficiará umas categorias e outras não, terá de ser encontrada uma fórmula — um abono é a solução preferida — para promover o alinhamento em determinada data;

2) Desta feita, o congelamento de preços e salários será por tempo determinado — não mais do que 90 dias. Não haverá pregação da inflação zero, mas convivência com uma taxa inflacionária tida como tolerável, algo entre 3 ou 4% ao mês;

3) Findo o período do congelamento, os preços serão submetidos a um acompanhamento, que será mais rigoroso para os monopólios e os oli-

gopólios, e para os produtos que compõem a cesta básica;

4) Se for possível negociar a mudança da política salarial buscar-se-á novas fórmulas de reajustes salariais que considerem como referencial a inflação média do último trimestre. Se não for possível chegar a um entendimento com as lideranças sindicais, o gatilho será mantido, porém com um efeito perverso bem menor, considerando que a inflação deverá se estabilizar no pagamento dos 4 a 5% ao mês.

5) Condição essencial para o êxito do empreendimento é o sigilo absoluto quanto a data da deflagração do novo choque heterodoxo, considerando Bresser Pereira que qualquer

vazamento antecipado poderá permitir articulações de grupos ou setores de resistência.

PRAZO

O prazo será fixado internamente pelo governo, que começará a trabalhar na direção da execução da medida, mas o sinal será o término do período de realinhamento de preços, o que deverá ocorrer, segundo as projeções de Bresser Pereira, entre 45 e 60 dias, depois de completada uma nova rodada de reajustes, com base na variação dos custos de produção dos diversos setores industriais tal como define a nova política de preços.

Há um problema a ser solucionado, que diz respeito à reposição tarifária: o atraso nos reajustes das tarifas e demais preços praticados pelo setor público é tão grande que exige aumentos substanciais em energia elétrica, combustíveis, aço, tarifas postais telegráficas, etc., os quais terão de ser definidos o mais breve possível.

Em relação às tarifas de energia elétrica, há outro complicador: o Banco Mundial se dispõe a examinar a possibilidade da concessão de um novo financiamento à eletrobrás, no valor de US\$ 500 milhões, igual ao concedido no ano passado, mas exige uma taxa de retorno de 6% do

investimento, o que pressupõe uma elevação substancial da receita de operação das empresas da holding, o que somente será obtido via reajuste tarifário.

Ocorre que dois dos principais preços públicos — o do aço e o da energia — têm um peso importante nos custos de produção do setor industrial, e normalmente operam como aceleradores desses custos, os quais terão de ser repassados nos preços dos produtos, dificultando o realinhamento, que é tido como preliminar indispensável à decretação do novo choque heterodoxo.

(Brasília/Agência Estado)